

REFLETINDO SOBRE O POTENCIAL INSTITUINTE DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CAMPO DO LAZER E DA CULTURA **

Ney Luiz Teixeira de Almeida *

Dentre as múltiplas atividades que vêm caracterizando o largo espectro da extensão universitária, indubitavelmente, a assessoria figura como uma das mais recorrentes e emblemáticas ações deste campo da vida acadêmica. Ledo engano comete quem associa incondicionalmente esta atividade, e seu espantoso crescimento, apenas ao viés mercantil que atravessa o campo da extensão, seja nas instituições privadas e, mesmo, nas públicas. A demanda pela assessoria de professores e pesquisadores, individuais ou vinculados a grupos institucionais, encerra determinações menos evidentes, mas, com certeza, decisivas para a compreensão de seu significado social, cultural e econômico nos dias atuais.

A assessoria, as capacitações no formato de cursos e oficinas - dentre outras modalidades -, os eventos como os encontros, seminários, feiras, mostras, congressos e colóquios, aliadas às ações de intervenção social, organizadas através de projetos, programas e núcleos, constituem hoje parte do diversificado campo de atividades que caracterizam a extensão universitária. Procuramos sublinhar, com a apresentação desta simples lista de atividades, que a extensão sofreu uma substancial ampliação prática e conceitual, o que confere à atividade de assessoria novas particularidades e potencial como modalidade de relacionamento da universidade com a sociedade¹.

Muito embora, tenha se tornado lugar comum, no exame da literatura, ou mesmo das falas críticas sobre a educação superior no Brasil, falar em crise, sua

* Professor assistente da Faculdade de Serviço Social da UERJ e do Curso de Serviço Social da UCB. Doutorando em Educação pela UFF. E-mail: neyluiz@uerj.br

¹ Enfatizamos aqui o uso do termo sociedade como o mais adequado para expor nosso posicionamento diante da função social da universidade e do significado estratégico que a extensão universitária assume neste sentido. Nele estão inclusos as organizações da sociedade civil, as empresas privadas e as instituições públicas que se relacionam com a produção cultural, tecnológica e científica da universidade, excluindo, assim, a possibilidade de um entendimento ou defesa da subordinação ideológica ou econômica da universidade ao mercado.

recente história parece pontuada por uma crise crônica. Duas razões parecem reforçar esta observação: de fato poderíamos falar de uma crise crônica se tomarmos os problemas da universidade como estruturais, datados desde sua tardia emergência até os dias atuais, aliás, indissociáveis das concepções de universidade e, por consequência das funções sociais que delas decorreram; e, em segundo lugar, poderíamos também pensar numa situação de crise estrutural com expressões conjunturais particulares, se tomarmos as relações entre as alternativas que se colocam para a reorientação da universidade e as similares expressões conjunturais da própria crise do capital.

O peso relativamente diminuto que teve a Universidade nos processos de mudanças culturais e econômicas experimentados ao longo da formação social brasileira (FERNANDES, 1979), aponta para uma tradição política brasileira que primou por gerar soluções conciliatórias “pelo alto” (COUTINHO, 1990) para as crises de desenvolvimento do próprio capital, o que acabou por instar o Estado a inibir a organização de forças sociais autônomas, com seus projetos societários, no âmbito da sociedade civil. Esta particularidade da nossa vida política trouxe inegáveis prejuízos à esfera da cultura, em particular quanto ao distanciamento operado entre a universidade e as massas populares.

A universidade, como instituição produtora, transmissora e difusora de conhecimento, particularmente um conhecimento mais elaborado - o científico - vem atuando na esfera da cultura de forma contraditória: seja como organismo cultural voltado para aprofundar a distância entre as conquistas tecnológicas e científicas e o seu usufruto social, coletivo, seja como foco de resistência política e cultural de práticas e pensamentos sociais críticos e comprometidos com processos de transformações sociais. Na verdade, a perversa estrutura de nosso sistema educacional aliada aos componentes mais característicos de uma indústria cultural massificante, levam-nos a conviver com realidades bem díspares em termos de acesso ao conhecimento.

Chamamos a atenção para o fato de que todo o esforço empreendido pelos movimentos sociais e de trabalhadores do campo das políticas públicas no sentido da garantia dos direitos sociais encontrou e ainda encontra fortes resistências na operação de desmonte do Estado e que transfere para uma rede de proteção privada parte de suas responsabilidades no campo da proteção social. Se por um lado este processo possibilitou a emergência de novas experiências, oriundas de parcela da sociedade civil que conseguiu se manter organizada e crítica a esta tendência, sem sucumbir às armadilhas da terceirização das políticas públicas, por outro revelou uma avalanche ideológica em torno de novas concepções da relação entre o que é público e o que é estatal que, de um modo geral, vem servindo para a afirmação de uma cultura política que retira os contornos coletivos do enfrentamento da pobreza e os repõe de forma individualizada nas esferas da família, da escola e das instituições, públicas ou não, que implementam programas sociais.

Temos então, um processo que além de econômico e político tem forte conteúdo cultural, visto que opera com formas de compreensão dos problemas que atingem largos extratos da sociedade e que fazem parte dos modos de vida e das formas como serão pensadas e articuladas as estratégias de sobrevivência destes mesmos segmentos sociais. Aqui está caracterizada a centralidade da esfera da reprodução social como um conjunto complexo de práticas sociais necessárias à garantia de um dado modo de organização social da produção e que, por sua vez, são por ele determinados.

As mudanças na esfera da reprodução não se esgotam nas condições de regulação social do Estado em função da ofensiva neoliberal, mas apontam para a necessária produção de novos modos de pensar a realidade social e suas intensas e rápidas transformações. Neste sentido, também o campo cultural experimentou profundas e decisivas mudanças. A mais determinante pode ser demarcada em torno das múltiplas significações da pós-modernidade, apreendidas por Frederic Jameson (1996) como a “lógica cultural do capitalismo

tardio”, ou seja, como a expressão de uma cultura sintonizada às radicais mudanças do modo de produção de capitalista onde a lógica da produção da mercadoria penetra de forma visceral os processos de produção e difusão cultural, assim como as visões de mundo.

Esta lógica cultural atenderia a uma condição da produção: a valorização do capital a partir de mercadorias de novo tipo, como os serviços, a cultura e a informação. Trata-se, portanto, de uma mudança que combina a esfera da produção e da reprodução em novos patamares, ou seja, favorecendo uma espécie de “fordismo” no campo da produção cultural para atender às exigências da acumulação por “novos” meios de valorização do capital articulado à produção de “novas” visões sobre a realidade. Assim a lógica da produção da mercadoria atravessa indistintamente a produção cultural, quer no sentido das “novas” mercadorias, quer das “novas” elaborações sobre a realidade, tornando uma e outra - assim como qualquer mercadoria submetida hoje, mais do que nunca, à lei tendencial da queda da taxa do valor de uso - completamente descartável com o uso.

Partindo da compreensão gramsciana da cultura como visão de mundo, resgatamos neste autor uma ponderação substantiva para a compreensão da extensão e significados destas mudanças, quando afirma que:

Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham de um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico do conformismo e do homem-massa do qual fazemos parte? (GRAMSCI, 1987: 12).

O pertencimento a diferentes tipos de homem-massa é produto de um processo histórico que, segundo o autor, deve ser superado com a crítica à própria concepção de mundo, favorecendo uma concepção unitária e coesa em oposição a uma concepção desagregada e ocasional. Reiteramos, desta forma, que o que nos interessa investigar é exatamente a possibilidade desta crítica estar presente

ALMEIDA, N. L. T. de. Refletindo sobre o potencial instituinte de uma experiência de extensão 5 universitária no campo do lazer e da cultura. *In* Cadernos Especiais n. 40, edição: 20 de novembro a 18 de dezembro de 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br

nas experiências educacionais desenvolvidas junto a segmentos sociais que, pelas suas condições de vida - aqui tomadas em suas formas concretas de inserção nos processos de produção e reprodução das desigualdades sociais – têm, contraditoriamente, nas políticas públicas, neste cenário neoliberal e de privatização da esfera pública, seus limites e suas possibilidades. A tendência de subordinação dos processos de produção e difusão cultural à lógica da produção da mercadoria em articulação com a disseminação das perspectivas individualizantes do ideário neoliberal nas instituições que implementam programas sociais conformam um determinado tipo de consenso.

A tarefa de formulação de novos valores sociais que orientem as ações profissionais em diferentes esferas de atuação no campo das políticas públicas não pode ser compreendida como exclusiva a determinados segmentos profissionais e nem restrita aos âmbitos institucionais em que se localizam. A articulação destes processos institucionais aos processos históricos de resistência cultural é um pressuposto pedagógico e político e que não pode desconsiderar as condições objetivas de sua realização, ao contrário, deve tomá-las como condição central de sua dimensão instituinte:

Em outras palavras: os movimentos necessários para forjarmos outras formas de conviver, produzir, pensar e compartilhar a vida, mais solidariamente, não se encontram num além, sobreposto ao nosso cotidiano de mulheres e homens, esperando apenas que os sagazes e geniais os “descubram” para usá-los e aplicá-los, mas está entre nós, como relações integrantes de nossas vidas, que cobram sempre outras elaborações, capazes de ressignificar práticas sociais de forma criadoramente ética. Trata-se, desta maneira, de processos de diferir que vão na contramão de pressões excludentes e homegeneizadoras – ainda hegemônicas – afirmando-se na busca por desativar e demolir esquemas que sustentam a manutenção e o aprofundamento das desigualdades sociais (LINHARES, 2004: 16).

É diante dessa potencialidade instituinte das práticas educativas no âmbito das políticas públicas que demarcamos o campo de nossa atuação no âmbito das experiências de extensão universitária, enfatizando o desenvolvimento de

ALMEIDA, N. L. T. de. Refletindo sobre o potencial instituinte de uma experiência de extensão universitária no campo do lazer e da cultura. *In* Cadernos Especiais n. 40, edição: 20 de novembro a 18 de dezembro de 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br

atividades de assessoria à equipe de trabalhadores e grupos sociais que atuam com diferentes programas sociais nos campos da educação, da cultura e do lazer.

O Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social foi criado no ano de 1994 na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como expressão da política de articulação das experiências de estágio supervisionado a projetos de extensão universitária. Trata-se de uma experiência que ao longo dos anos esteve voltada para a consolidação do campo educacional, da cultura e do lazer como um campo de interesse teórico e profissional para os assistentes sociais.

A preocupação com a cultura acabou tomando uma direção particular na organização do projeto: a de situar a universidade como organismo cultural e, a partir desta afirmação, pensar, por um lado, a formação dos assistentes sociais dentro deste organismo e, por outro, o não acesso da população com a qual o Serviço Social trabalha aos bens por ela produzidos e às condições necessárias para a elaboração da sua própria cultura (GRAMSCI, 1988).

Considerando-se as relações orgânicas entre cultura e educação em nossa sociedade, o não acesso à primeira decorre em muito, ainda que não exclusivamente, do não acesso à segunda. Desta forma, o campo de interesse temático inicial passou a ganhar uma nova determinação e outra feição: a cultura também sendo vista como um direito social, algo que interessa ao assistente social não apenas por ele ser formado em um organismo desta natureza, mas porque ele lida com expressões culturais o tempo todo em seu trabalho e muitas vezes não se vê instrumentalizado para atuar nesta direção. Nesta nova perspectiva a questão cultural adquire um duplo estatuto: o de objeto e meio de trabalho.

Desta forma, a partir desse projeto organizamos uma série de experiências de estágio supervisionado que contam com a participação de alunos do curso de Serviço Social da UERJ e que são desenvolvidas na forma de assessoria. Estas atividades buscam resgatar as principais linhas de atuação do projeto, ou seja: a

sistematização da prática profissional, a proposição de ações experimentais, a produção de conhecimentos sobre o trabalho do assistente social e a formação de recursos humanos para atuarem nos campos da educação, cultura, esporte e lazer. Estas atividades vêm sendo realizadas ao longo do ano de 2004 junto a um conjunto bastante diversificado de instituições, visando, exatamente, lidar com as interfaces que elas estabelecem com a educação a partir de suas vinculações a áreas de atuação diferenciadas. Atuamos atualmente junto às seguintes instituições:

- Unidades de Grande Porte, mais conhecidas como Vilas Olímpicas, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura do Rio de Janeiro. Nestas unidades nós atuamos com a equipe de profissionais de nível superior que compõe o Vetor Sócio-Educacional das referidas unidades, formada por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, assim como junto ao corpo técnico-administrativo. O eixo do trabalho gira em torno da temática da organização do trabalho no âmbito da política de esporte e lazer, compreendendo o significado do lazer como um direito social.
- Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (DEGASE) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em três frentes: a Escola Sócio-Educativa, o CRIAM Nova Iguaçu e o Projeto Nossa Casa. Neste campo nossa atuação também está voltada para a discussão do trabalho coletivo e envolve tanto a equipe técnica, formada por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, como o segmento dos agentes de disciplina.
- Nós do Cinema, uma ONG fundada junto com o processo de produção do filme Cidade de Deus e que oferece uma formação técnica em cinema para jovens das comunidades do Rio de Janeiro. Nossa atuação está voltada para pensar a organização do trabalho do assistente social na instituição e para o desenvolvimento de ações dirigidas aos segmentos discentes e docentes da instituição.

ALMEIDA, N. L. T. de. Refletindo sobre o potencial instituinte de uma experiência de extensão 8 universitária no campo do lazer e da cultura. *In* Cadernos Especiais n. 40, edição: 20 de novembro a 18 de dezembro de 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br

- Casa de Apoio da Prefeitura de São Gonçalo que atende adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social em acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nestas unidades são realizadas atividades de capacitação sobre animação cultural com os educadores sociais e com as próprias adolescentes.

A dinâmica do projeto sempre guardou uma relação estreita com as particularidades do trabalho do assistente social nas áreas de educação, cultura e lazer, ou seja, o desenvolvimento de ações voltadas para a garantia do acesso e da permanência nas instituições prestadoras de serviços educacionais, culturais e de lazer, assim como para a garantia da qualidade e da democratização da gestão das políticas públicas (ALMEIDA, 2000).

A experiência do projeto Educação Pública e Serviço Social nas diferentes instituições referidas acima foi conduzida, em que pese as suas particularidades, de forma a seguir as mesmas referências teórico-metodológicas:

- Compreender a cultura como uma complexa dimensão da vida social e como campo de atuação política e profissional com a qual se estabelecem importantes mediações, dentre as quais destacamos as políticas públicas, em especial a de educação.
- Desenvolver ações a partir de uma modalidade de atuação que valorize e considere a formação cultural dos grupos envolvidos.
- Considerar a dimensão lúdica como perspectiva de produção de novas sensibilidades e elaborações culturais.
- Articular as discussões e atividades sócio-educativas aos processos sociais em curso na sociedade.
- Gerar produtos culturais ao final de cada trabalho sublinhando a condição de sujeitos participantes e produtores dos grupos sociais envolvidos.
- Socializar a produção realizada em conjunto ao longo do trabalho.

O desenvolvimento das Oficinas Culturais se deu com os trabalhadores das referidas instituições, criando um espaço de discussão e debate sobre temas relacionados ao cotidiano institucional visando sensibilizá-los para as múltiplas expressões da realidade social com a qual atuavam, destacando nessas atividades a dimensão cultural de suas práticas e que processos sócio-culturais elas reforçavam. Metodologicamente as oficinas propiciavam o estabelecimento de mediações entre o grau de compreensão dos trabalhadores sobre seu trabalho e o alcance do mesmo no âmbito dos processos culturais em curso na sociedade.

A formulação das propostas de trabalho acabou incidindo na organização do que denominamos de “Oficina Cultural”. Sua fundamentação teórica apoiou-se também na compreensão da possibilidade do assistente social e dos alunos do Curso de Serviço Social que participaram das diferentes experiências atuarem no campo da animação cultural:

Assim, entre as possibilidades que contribuem no processo de intervenção educacional, estão: a busca de novas formas de encarar a realidade social, direta ou indiretamente oferecidas pelo acesso a novas linguagens culturais; a percepção da necessidade de equilíbrio entre consumo e participação direta nos momentos de lazer; à recuperação de bens culturais destruídos ou em processo de degradação em resultado da ação da indústria cultural; e a própria humanização do indivíduo, que passa a se entender como agente, e não somente paciente, do processo social (MELO e ALVES JÚNIOR, 2003:52).

Esse enfoque possibilitou sedimentar uma proposta de trabalho que trouxesse uma preocupação mais efetiva e concreta com a atuação no espaço público, visto que o lazer passou a compor o leque de preocupações e de abordagem coletiva dos trabalhadores, em especial, haja vista, suas funções educativas e o perfil do público com os quais atuava, formado, em sua grande maioria, por jovens. O que parecia, em princípio, um tema estranho aos debates e às atividades de capacitação das oficinas, acabou constituindo-se em uma importante medição do trabalho, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista real.

ALMEIDA, N. L. T. de. Refletindo sobre o potencial instituinte de uma experiência de extensão 10 universitária no campo do lazer e da cultura. *In* Cadernos Especiais n. 40, edição: 20 de novembro a 18 de dezembro de 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br

As Oficinas Culturais ao incorporarem a temática do lazer, mediante a afirmação da perspectiva da animação cultural, produziram um impacto junto aos trabalhadores e ao público jovem que passaram a pensar o acesso ao lazer como numa perspectiva menos individualizada, atentando para sua dimensão coletiva e pública. Tal fato acabou por chamar a atenção para a distribuição dos equipamentos culturais e de lazer no espaço urbano, propiciando novos olhares sobre a territorialização da intervenção pública no âmbito do lazer e da cultura também como possibilidades de reprodução das desigualdades sociais (MELO e PERES, 2005).

Compreendemos que as experiências das Oficinas Culturais constituíram-se em uma importante estratégia de assessoria aos trabalhadores e grupos sociais que atuam nos campos da educação, da cultura e do lazer, materializando através das experiências de extensão universitária, um projeto de universidade sintonizada com o fortalecimento de práticas instituintes no campo das políticas públicas, ou seja, práticas potencializadoras de uma humanização dos sujeitos e não de sua alienação.

Desta forma, concluímos que a universidade como organismo de cultura tem sido atravessada por projetos societários contraditórios. Sua atuação não tem favorecido apenas a produção de um saber distanciado das necessidades da população. Ela também tem sido capaz de produzir experiências que se inscrevem em processos sociais que ressaltam o potencial instituinte de práticas gestadas no âmbito das políticas públicas. As Oficinas Culturais do Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social da UERJ foram organizadas com o propósito de contribuir ativamente com esta dimensão, elegendo as temáticas da cultura, da animação cultural e do lazer como acervo teórico-metodológico central nas atividades de assessoria junto aos trabalhadores e grupos sociais que atuam nos campos da educação, da cultura e do lazer.

ALMEIDA, N. L. T. de. Refletindo sobre o potencial instituinte de uma experiência de extensão 11 universitária no campo do lazer e da cultura. *In* Cadernos Especiais n. 40, edição: 20 de novembro a 18 de dezembro de 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br

Referências bibliográficas:

- ❖ ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na educação. *In* *Revista Inscrita*. N. 6. Brasília: CEFESS, 2000. p. 19-24.
- ❖ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- ❖ FERNANDES, Florestan. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa Ômega, 1979.
- ❖ GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- ❖ _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- ❖ JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- ❖ LINHARES, Célia. Formação continuada de professores: como? Para quê? Para quem? *In* LINHARES, Célia Frazão Soares (org). *Formação de professores: comunidade científica e poética – uma busca de São Luis do Maranhão*. Rio de Janeiro: D P & A, 2004.
- ❖ MELO, Vitor Andrade de e ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao Lazer*. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.
- ❖ MELO, Vitor Andrade de e PERES, Fabio de Faria. Desigualdades sócio-espaciais da distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro: desafios à animação cultural. *In* *Coletânea. VI Seminário “O Lazer em Debate”*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p 175-184.